



III SRCCC
Seminário Regional
Comércio, Consumo e Cultura
nas cidades
Sobral-CE, 19 a 22 de junho de **2017**

A INCLUSÃO DOS ALUNOS DE PACUJÁ/CE NO ENSINO SUPERIOR: ANALISANDO AS REPERCUSSÕES DO FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (FIES)

Breno de Abreu Lopes¹

Virgínia Célia Cavalcante de Holanda²

RESUMO

Verifica-se nos últimos quinze anos a expansão da oferta do Ensino Superior no Brasil que abrange cada vez mais lugares de diferentes escalas. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), criado como um programa de financiamento de cursos superiores pela lei complementar número 10.20 de julho de 2001, tem promovido repercussões no acesso a essa modalidade de ensino em uma Cidade Pequena. Tomamos como estudo a cidade de Pacujá em sua relação diária com a cidade média de Sobral, ambas situadas no noroeste cearense, relação atrelada pela oferta do mercado superior do ensino. Adotamos, inicialmente, leituras bibliográficas sobre Cidades Médias e Pequenas e dados obtidos junto ao Censo da Educação Superior de 2013. Posteriormente, realizamos aplicação de questionários a um grupo de dezenove estudantes oriundos do município de Pacujá matriculados em Instituições de Ensino Superior Privadas que são usuários do FIES. Os resultados apontam que este programa de assistência estudantil atua como um incentivador para estudantes provenientes de famílias de menor poder aquisitivo para o ingresso no Ensino Superior oferecido por Sobral, sobretudo em seu segmento privado, dinamizando e permitindo novas dinâmicas e relacionamentos entre as cidades da pesquisa.

Palavras-chave: Ensino Superior; financiamento estudantil; Cidade pequena.

1. INTRODUÇÃO

São expressivas as mudanças no arranjo do sistema educacional brasileiro nas últimas décadas, onde as Instituições de Ensino Superior vêm se destacando, com a criação de novos cursos de graduação e de tipos diversificados de instituições, com uma demanda que parece ainda distante de

¹ Graduando em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú, e-mail: breno.abreu@hotmail.com.

² Prof.^a. Adjunta do Curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú, e-mail: virginiaholand@hotmail.com.

se esgotar, dado o déficit histórico no número de ofertas de vagas para esse nível de ensino, paralelo as exigências do próprio mercado de trabalho em épocas atuais.

Nesse contexto, a expansão do Ensino Superior tem se apresentado como um fenômeno significativo que tem promovido rebatimentos nos lugares, seja pela chegada de profissionais nas cidades pequenas formados em centros maiores, não exclusivamente nas grandes metrópoles como no passado, seja pela possibilidade de acesso de alunos ao ensino superior em centros maiores que retornam as suas cidades pequenas de origem, no vai e vem diário ou no momento que terminam o curso para ofertarem novos serviços.

Freire (2011) e Pinheiro (2013) apontaram o processo de Interiorização do Ensino Superior para o Estado do Ceará que altera, de certa forma, o panorama da escolarização da população cearense e suas relações com os estudos universitários. Cidades Médias e Pequenas, onde os níveis de escolaridade se assentavam em maior parte na educação básica, passam a participar da educação de nível superior com maior expressividade graças a esta incorporação de IES em outros locais além das metrópoles. É neste segmento que compreendemos a Interiorização do Ensino Superior no Ceará pela presença de instituições em cidades ditas do “interior” que permitem novos relacionamentos da população com a educação de nível superior, alcançando cidades de diferentes escalas. Portanto, a relação entre as cidades de Pacujá e Sobral é decorrente também dessa interiorização e tem contribuído na formação de recursos humanos qualificados para o mercado de trabalho e definindo inovações neste cenário educacional.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2013, o Brasil conta com 193 Universidades, 139 Centros Universitários, 2.044 Faculdades e 40 Institutos Federais e Centros de Educação Tecnológica. Esse crescimento ocorre atrelado também a um conjunto de medidas públicas de inclusão e democratização do Ensino Superior que agenciaram o crescimento do número dessas instituições. Tais ações implantadas paulatinamente na área educacional têm atendido a camadas sociais cada vez maiores e com menor poder aquisitivo, sendo significativo esse processo após o surgimento de Programas Governamentais como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

A Constituição Federal de 1988, ao se referir a educação brasileira em seu artigo 205, afirma que “Educação, direito de todos e dever do Estado e da família [...]”. Atendendo a essa premissa e também canalizando os esforços para o processo de redemocratização do acesso à Educação Superior, existem atualmente programas governamentais voltados para promover o acesso à educação de terceiro grau para pessoas que, por ventura, não possuam condições financeiras para custear um curso de graduação em Instituições de Ensino Superior privadas. Desse modo, os programas

existentes no Brasil com maior repercussão de inclusão são: PROUNI, Programa de Inclusão Social e Racial – COTAS e o FIES. Esse último sendo considerado em nosso estudo para nos ajudar a compreender como vem ocorrendo o acesso as instituições privadas de Sobral pelos alunos oriundos de Pacujá/CE.

Não obstante, analisaremos o papel do FIES como um facilitador do ingresso da população de Cidades Pequenas no Ensino Superior. Escolhemos como recorte espacial o município de Pacujá/CE, inserido no Noroeste Cearense, contando com aproximadamente 5.986 habitantes (IBGE, 2010), distante a 68 km de Sobral e a 293 km de Fortaleza, capital do Estado. Por ser uma cidade com uma dinâmica mais atrelada ao setor primário, ofertando a seus cidadãos somente serviços mais indispensáveis ao seu cotidiano, sua população é obrigada a buscar outros eventuais serviços e bens mais raros ao seu cotidiano em outros centros urbanos. Sendo assim, Pacujá “conversa” diariamente com o município de Sobral a partir da relação da oferta e demanda de serviços e bens, sendo o Ensino Superior a variável escolhida neste trabalho para se compreender tal relacionamento entre as duas cidades.

Para a construção desse artigo realizamos uma análise documental, com base em informações provenientes do Censo da Educação Superior de 2013, além de pesquisas bibliográficas acerca de temas relacionados ao Ensino Superior e Cidades Médias e Pequenas. Desta forma, aplicamos um questionário junto a um grupo de dezenove universitários procedentes do município de Pacujá que estudam em instituições de ensino do segmento privado e que contam com financiamento do FIES, sendo somente estes escolhidos como objeto de investigação deste artigo. Em média, cerca de 60 alunos realizam o percurso diário entre ambas cidades eleitas nesta pesquisa ancorados na oferta e demanda de cursos e presença de Instituições de ensino superior.

2. DO SURGIMENTO DAS PRIMEIRAS IES AO CENÁRIO ATUAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA.

Antes de iniciarmos nossas reflexões acerca do papel do FIES e suas repercussões na inserção dos alunos de Pacujá/CE no Ensino Superior, se faz pertinente uma breve contextualização acerca do surgimento desta modalidade de ensino no território brasileiro.

A fixação da Coroa Portuguesa em 1808, em terras brasileiras marcou, de certa forma, uma nova realidade, sendo a oferta de cursos isolados de educação superior um exemplo desse “novo”, diferente de outras colônias da América Latina que tiveram acesso ao ensino superior ainda no Período Colonial. Freire (2011, p.50) retrata que “Em 1808, com a chegada da família Real Portuguesa ao Brasil, conhecemos o primeiro impulso no sentido de formalizar a educação superior em nosso país. ”

Essa oferta de cursos ocorrendo em pontos seletivos já sinalizava o que se seguiria nas décadas seguintes, ou seja, a existência de cursos superiores em localizações em poucos pontos do território. As primeiras escolas médicas, na forma de escolas superiores isoladas, nasceram na Bahia e Rio de Janeiro. Já a Universidade Federal do Rio de Janeiro criada no ano de 1920 foi de fato a primeira Universidade brasileira.

No período que compreende as décadas de 1960 e 1970, ampliam-se as universidades federais, estaduais e municipais, tendo como marco a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961. Em fins da década de 1970 tem início também a expansão do ensino superior privado, mas ainda sem muitas repercussões.

Nas décadas de 1980 e 1990 houve uma tímida expansão do ensino superior. No estado do Ceará o destaque foi para duas universidades estaduais: Universidade Regional do Cariri (URCA), criada oficialmente em 1987 e a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), encampada pelo governo do Estado em 1994. A Universidade Estadual do Ceará (UECE), já havia sido criada em 1975, as três são mantidas até hoje pelo governo do Estado do Ceará e são consideradas um patrimônio do povo cearense pois foi por meio destas instituições que o ensino superior se interiorizou no estado.

Pereira & Silva (2010, p. 10) afirmam que “O Brasil vive um período de reformas no que tange o ensino superior”. Portanto, é a partir dos anos 2000, sobretudo em 2003 com os ventos advindos da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996), que passa a ocorrer mudanças significativas em todo sistema educacional brasileiro.

Partindo deste contexto, a Educação Superior foi se expandindo em vários aspectos: ocorrendo crescimento no número de instituições, de cursos e vagas ofertadas. Dentro dessa realidade, as Instituições de Ensino Superior se inserem e obedecem ao que Santos & Silveira (2000, p. 31), colocam como novos conteúdos e comportamentos dotados no território mediante tal crescimento ainda em curso. Amorim (2010), ao trazer uma periodização com base em dados do Ministério da Educação acerca da evolução quantitativa das IES brasileiras assevera:

Os números do Ministério da Educação e Cultura comprovam o crescimento quantitativo de IES no território brasileiro: 67 universidades, em 1984; 127, em 1994; 155 em 1999. No ano de 2008, os dados do MEC apontam o total de 183 universidades no país. Da mesma forma, o total de outras IES também cresceu exponencialmente: 882; 918, em 1990; 1097 em 1999; 2488 em 2008. Como se pode perceber, um crescimento muito significativo, em termos absolutos, para apenas uma década. (AMORIM, 2010. p. 79)

As instituições existentes no país são classificadas pelos critérios do Ministério da Educação entre Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas e Isoladas, Institutos Superiores e Institutos Federais ou CEFET' s. Salientamos a importância de se diferenciar tais nomenclaturas das

IES brasileiras. Suas definições obedecem a critérios acerca de sua missão enquanto instituição e suas formas de manutenção financeira. Portanto, as formas de sustentação financeira e administrativa são os definidores entre as classificações das instituições entre caráter público (federais, estaduais e ainda municipais) e privadas (comunitárias, confessionais, filantrópicas e particulares).

As IES Federais recebem recursos provenientes do Governo Federal, ou seja, a União é seu principal mantenedor. Já quando consideramos as instituições estaduais, estas adquirem força financeira no Governo Estadual e também, em menor medida, através de fundações estaduais que apoiam a pesquisa científica com fundos de origens diferentes. Em outra escala, os empreendimentos educacionais municipais se apresentam em número muito pequeno se comparado as demais existentes no Brasil e são mantidas financeiramente através do governo municipal. O Censo da Educação Superior estabelecido pelo MEC (2013) apresenta, numericamente, somente 85 instituições de natureza municipal no Brasil.

Ainda de acordo com dados provenientes do Censo de 2013 citado anteriormente, as IES de capital privado no Brasil são numericamente muito superiores as instituições públicas, assinalando um contingente de 2.112 instituições enquanto as públicas totalizam 304 instituições. Podemos entender, desta maneira, que o mercado privado da educação superior adquiriu um maior força e ritmo de crescimento, impulsionados sobretudo pela implementação de programas de financiamento estudantis como o FIES. Estas instituições têm o pagamento de mensalidades provenientes de seus próprios alunos, agindo como suas principais fontes de captação financeira e, também, através de programas assistenciais financiadores dos cursos de graduação em instituições privadas.

Em Pacujá, o FIES vem se apresentando como um incentivador para a busca de cursos superiores em instituições privadas existentes em Sobral, o que torna os custos no período de formação menores, tendo em vista ainda que o transporte para o deslocamento até Sobral é assegurado gratuitamente pela prefeitura municipal. Interessante destacar que a presença das IES instaladas nesta Cidade Média, sejam públicas ou privadas, atraem alunos oriundos de Pacujá, como também outras cidades de seu entorno, na busca dos serviços educacionais, dinamizando e fortalecendo o relacionamento cotidiano entre ambas cidades e dotando novos comportamentos no território.

3. O SURGIMENTO DO FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (FIES)

O Brasil, país de grande extensão territorial, apresenta uma demanda por ensino superior reprimida, situação facilmente verificada pela elevada concorrência a cada vestibular. É neste ideário que são recentes ações mais vigorosas de democratização de acesso ao Ensino Superior, com

programas voltados a assegurar que camadas menos abastadas sejam contempladas com financiamento estudantil.

Assim, o FIES se tornou o programa assistencial de maior alcance a estudantes provenientes de famílias com baixa renda. O programa objetiva facilitar o ingresso de estudantes no Ensino Superior por meio de financiamento dos cursos de graduação presenciais de alunos regularmente matriculados em Instituições Superiores privadas. Para se inserirem no programa, os alunos devem obedecer a um perfil socioeconômico específico, ou seja, a renda familiar mensal do candidato não deverá ultrapassar ao montante de três salários mínimos por pessoa.

Como tal, o programa funciona como uma espécie de empréstimo concedido a juros baixos para o estudante. A taxa de juros utilizada pelo programa corresponde a 6,5% ao ano (FIES, 2016). O dinheiro do financiamento estudantil é repassado diretamente dos fundos monetários do Governo para a Instituição de Ensino, não passando de nenhuma maneira pelas mãos dos assinantes dos contratos. Após o término do curso, inicia-se o período de carência, ou seja, o mesmo iniciará o pagamento do empréstimo depois de dezoito meses após a conclusão do curso em parcelas dispostas em até treze anos. Durante o período em que o aluno encontra-se estudando, paga em regime trimestral, os juros no valor de cinquenta reais referente ao financiamento.

O referido programa de financiamento estudantil tem como prioridade os cursos e instituições privadas com elevados resultados obtidos mediante o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). Este último é o sistema de avaliação governamental das IES brasileiras, dos cursos e do desempenho dos estudantes de graduação. Para a Instituição se adequar aos moldes estabelecidos pelo FIES, estas devem obter notas entre 4 ou 5 dentro de seus critérios e normatizações.

O FIES proíbe a solicitação de contratos de financiamento para estudantes que se encontram em situação de matrícula irregular, “trancada”, ou em instituições que não possuam credenciamento do MEC para seu funcionamento. Também, são impedidos ao programa os alunos inadimplentes com o Programa de Crédito Educativo (CREDUC), modelo antecessor ao FIES, e candidatos que obtiverem nota média inferior a quatrocentos e cinquenta pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Em suas versões mais recentes, o aluno deve se submeter a uma espécie de processo seletivo, tendo como critérios de avaliação a média obtida no Enem, além de já ter alcançado a aprovação necessária dentro das formas de seleção da IES no qual se pretende realizar seus estudos.

Desse modo, o atual modelo de financiamento tido como Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) já passou por várias remodelações em seu funcionamento desde sua criação. Este é o sucessor do antigo Programa de Crédito Educativo (CREDUC). Este último, criado no ano de 1976, era de pequena proporção se comparado com o atual FIES.

Na segunda gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) foi criado o FIES no intuito de substituir o antigo CREDUC, mas foram nas gestões sucessoras, de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006, 2007-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2014, 2015-2016), que o programa ganhou envergadura, levando oportunidades a estudantes do Brasil a se inserirem no “mercado” do Ensino Superior. Vale salientar que este programa foi moldado na parte positiva obtida com o antigo modelo. Um dos diferenciais do FIES é a necessidade de um fiador que entra em consonância com o estudante solicitante do programa.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ocorreu também a criação de novas Universidades Públicas e novos *campi* de Institutos Federais, a política da interiorização do ensino superior, como também a expansão de programas de créditos estudantis. Junto do crescimento do Ensino Superior, ocorre um conjunto de medidas que refletem no perfil do estudante de graduação do país e também no perfil das instituições privadas que possuem aceite do FIES. Portanto, ocorre embutido no discurso de redemocratização um processo paralelo de crescimento do segmento privado do Ensino Superior. A inclusão e facilidade de acesso a esta modalidade consentido pelo FIES permite também o crescimento paralelo destas instituições privadas, tanto em número de matrículas, estrutura física e outros aspectos que são incentivados por este programa. Logo, o programa também vem garantindo novos saldos aos patrimônios dos empresários da Educação Superior privada e distanciam ainda mais a realidade entre IES privadas e públicas em vários sentidos.

Não obstante, os locais que mais dispunham da oferta superior do ensino eram restritos em maior parte as metrópoles e em grandes centros urbanos. O Ceará, figurava em situação de desvantagem no que se refere as Universidades Federais, estando ela localizada apenas em Fortaleza, capital do estado. Podemos afirmar que a Interiorização do Ensino Superior no Ceará ocorria pelas universidades estaduais, conforme já se fez alusão. No presente amplia-se as IES federais e privadas dentro do estado, sobretudo nas cidades consideradas polos. Sobral, por exemplo, é uma cidade que tem como principais equipamentos urbanos IES públicas estaduais e federais e do mercado privado.

4. SOBRAL E SUA INFLUÊNCIA REGIONAL ANCORADA NA OFERTA DO ENSINO SUPERIOR.

Ao analisar a cidade de Sobral/CE usando como mote a Educação Superior, Freire (2011, p. 48), afirma que “O Ensino Superior brasileiro sofreu profundas transformações nas últimas décadas. Essas mudanças podem ser vistas tanto pela expansão dessa modalidade de ensino, quanto pela modificação no perfil e na finalidade a que esse segmento de educação vem servindo.” Tais mudanças

no cenário educacional brasileiro reverberam também em porções menores do território, em Capitais, Cidades Médias e Pequenas, e nas formas de relacionamento das pessoas com o ensino e com o território.

Sobral é um centro urbano com “papel visível no concerto regional” (COELHO, 2000, p. 31). Situada nas margens do Rio Acaraú que teve papel importante na sua configuração inicial, hoje sua grande influência advém graças a disponibilidade de bens e serviços ofertados a seus próprios cidadãos, bem como pessoas de outras Cidades e Estados vizinhos. No presente, Sobral apresenta papel de destaque na oferta de ensino superior contanto com a presença de Universidades Públicas, Faculdades Privadas e Institutos de Ensino Superior; (tabela 01)

Tabela 01– Principais Instituições que ofertam Ensino Superior em Sobral/CE. (2016)

PRIVADAS	PÚBLICAS
Instituto Superior de Teologia Aplicada – INTA	Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA
Faculdade Luciano Feijão – FLF	Universidade Federal do Ceará – UFC (Campus Sobral)
Instituto de Estudos e Pesquisas do Vale do Acaraú – IVA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará – IFCE
Faculdade Evolução do Vale do Acaraú – FAEVA	-
Universidade Norte do Paraná – UNOPAR Polo Sobral	-
Universidade Anhanguera -UNIDERP Polo Sobral	-
Faculdade Alencarina de Sobral – FAL	-

Fonte: Pesquisa direta (2016).

O sistema de educação superior é um dos aspectos eleitos em tempos recentes como um dos mais pulsantes no cotidiano da cidade de Sobral, interferindo dentro da dinâmica da própria cidade, como também sendo um serviço que promove novos nexos com as demais cidades do Noroeste Cearense. Constatação apontada por Contel (2010), ao tratar sobre Rede Urbana e Cidades Médias do Brasil;

Sobral certamente é uma cidade que, na região do Vale do Acaraú, oferece alguns bens e serviços não ofertados pelas cidades menores; Sobral, destarte, pode ser considerada nessa região como um ‘lugar central’. (CONTEL, 2010, p. 17)

A “princesa do Norte”, adjetivação criada em tempos idos pela linguagem local, ancorada nos aspectos de expressividade de Sobral frente ao seu espaço regional, captura para seu território cidades como Pacujá e recebe cotidianamente fluxos de pessoas em busca de serviços disponibilizados no seu espaço urbano. O exemplo mais significativo é o grande número de estudantes que buscam a cidade todos os dias, estes se submetem em sua maioria a mobilidade diária em um raio de distância que chega para alguns municípios até 130 Km. Outros estudantes acabam escolhendo Sobral como novo local de moradia na tentativa de contornar o desgaste físico das grandes distâncias entre seus locais de origem e Sobral, em alguns casos, dado também a ausência de oferta de transporte gratuito pela prefeitura de seus respectivos municípios.

O crescimento expressivo das IES em Sobral ocorreu na última década, a popularização das faculdades privadas dando-se por meio da propaganda realizada pelas instituições nos municípios pequenos. É comum *outdoor* na entrada das cidades, propagandas radiofônicas, entregas de panfletos e divulgações nas mídias sociais de cursos superiores provenientes em Sobral a espera de estudantes de cidades da Região Noroeste do Estado.

Como a Educação Superior em Sobral remota a década de 1960, tendo como entidade embrionária a Faculdade de Filosofia Dom José, que se tornou a Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA conforme já mencionado, acumulou um volume de profissionais qualificados que se requer na oferta do ensino superior. Um capital importante que contribui para a multiplicação de IES na cidade.

Desde a década de 1960, Sobral, que está situada a 235 km de Fortaleza, na Região Norte do Estado, se destaca na oferta de ensino superior e, junto ao desenvolvimento dos outros níveis educacionais, do comércio e dos processos de industrialização também iniciados no mesmo período, a cidade se consolida como pólo de referência educacional, política, econômica, social e cultural do Ceará. (PINHEIRO, 2013, p. 84)

A partir do crescimento do setor público do Ensino Superior em Sobral, o setor privado também foi adquirindo mais consistência dentro do espaço regional. Este processo pode ser constatado a partir dos anos 2000, com o surgimento do Instituto Superior de Teologia Aplicada (INTA) e a Faculdade Luciano Feijão (FLF). São as duas instituições privadas de maior força na cidade, mas há também Institutos que agem com a chancela de outras IES fora do estado, além instituições de ensino a distância que tem exposto uma grande popularização em tempos recentes. Assim, seguindo os objetivos iniciais de analisar o papel do FIES, em Pacujá é apresentado uma procura considerável das IES pertencentes ao segmento privado de Sobral e também o financiamento estudantil como forma de custeio de seus estudos universitários.

5. OS NEXOS DE PACUJÁ COM SOBRAL NA BUSCA DO ENSINO SUPEIOR

Pacujá é uma cidade que se encontra na região de influência de Sobral e se apresenta como um pequeno município da porção Noroeste cearense. (Figura1). Quando nos referimos a sua configuração territorial, o mesmo passou a condição de município no ano de 1957, abrigando uma população de 5.986 habitantes (IBGE, 2010). É possuidora de economia atrelada ao setor primário, contado com a atividade comercial de bens de consumo de natureza mais cotidiana, além de busca de bens de natureza mais rara na cidade média de Sobral. (CONTEL, 2010)

Figura 1. Localização do município de Pacujá/CE. (Adaptado).



Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pacuj%C3%A1>

Por ser uma cidade pequena juntamente com mais 59 municípios cearenses, que contam com população entre 5.000 a 10.000 mil habitantes, Pacujá dispõe de serviços mínimos que dão suporte somente as necessidades habituais de sua população. Concordando com esta ideia, Klafke & Baldoni (2014, p. 2134) propõem que “na escala local, especificamente em pequenas cidades, os serviços atendem predominantemente às demandas urgentes da população”. Dessa maneira, nestes espaços ocorrem especializações baseadas nas necessidades mais vitais ou mínimas de sua população. É nessa perspectiva que encontramos em Pacujá serviços reclusos como aqueles mais indispensáveis ao seu dia-a-dia. Desta forma, demais aparelhos atividades não encontradas em seu espaço municipal são sanadas em outros municípios vizinhos, a exemplo: serviços médicos especializados, compras de

produtos em atacado, formas de lazer, lojas de produtos particularizados, demandas pelo ensino superior e outros.

A oferta de serviços em Pacujá está ligada principalmente a competência de sua Prefeitura que também é a maior empregadora. A importância do setor primário, foi no passado amparado expressivamente no plantio e cultura da carnaúba e na plantação de banana. O próprio nome do município está atrelado a um tipo de banana muito encontrada em tempos passados no seu território.

No presente, a agricultura de subsistência ainda é predominante, mas ainda ocorre a extração de palha de carnaúba e a prática da pecuária. Na cidade encontramos pequenas panificadoras, lojas e mercearias e demais pontos comerciais, bem como espaços de trabalho artesanal de produtos de sola, chapelarias que compram artigos de palhas provenientes do campo e produzem alguns outros produtos com esta matéria prima regional.

Desse modo, o comércio da cidade de Pacujá/CE é predominantemente de varejo, com pequenos pontos comerciais localizados em sua área central. Assim, um dos principais problemas para a juventude é a falta de oportunidades de trabalho, sendo comum a migração para outros pontos do país ou do Estado devido essa realidade que “expulsa” sua população mais jovem pela falta de pontos de trabalhos e renda.

A dimensão da vida cotidiana de Pacujá é, por vezes, divergente ao encontrado em Cidades Maiores. O “modo urbano” de Pacujá ainda é voltado em costumes considerados como interioranos ou, em outras palavras, ainda aproximados com o meio rural. Um fator que implica a este processo “parado” é o parco setor de serviços. Santana (2010), ao tratar sobre as Cidades Pequenas, nos diz que:

Nessas cidades, ainda são encontradas características de um modo urbano diferenciado, com práticas sociais marcadas por um mundo onde a natureza ainda se faz bastante presente, onde há deficiência na qualidade e quantidade de serviços, onde a ligação com o mundo rural é muito forte. (SANTANA, 2010, p. 95)

Vale salientar que, seguindo essa oferta mínima de serviços, os integrantes de cidades pequenas ficam submetidos a uma situação de dependência com outros centros urbanos, que tenham possibilidades de suprir outras necessidades não atendidas dentro das intermediações municipais. Portanto, o setor de serviços é uma das variáveis importantes que ligam as cidades, sejam elas cidades de porte pequeno, médias ou Metrópoles, implicando na vida de relações entre os diferentes centros urbanos.

Na cidade de Pacujá, estudantes realizam diariamente movimento pendular para Sobral no turno matutino e noturno. Por dia, uma média de 60 alunos, são estes de IES tanto públicas e privadas, buscam a cidade de Sobral usando como meio de locomoção o transporte universitário gratuito

ofertado pelo poder municipal. Também, dentro do grupo de estudantes deste município, existem aqueles que optam por fazer de Sobral seu novo local de moradia, ou pelos menos em seus períodos semanais de aulas, contornando as longas distâncias entre ambas cidades e os desgastes físicos decorridos desta distância percorrida diariamente.

Dentro desta realidade, após a aplicação de dezenove questionários com estudantes somente de IES privadas e usuários do FIES, vemos ocorrer em Pacujá o predomínio de mulheres na busca desse nível de ensino nas IES privadas com 68%, chamando atenção que a maioria se encontra dentro da faixa de busca inicial pelo ensino superior. (Tabela 03.)

Tabela 03. Faixa Etária dos Estudantes de nível superior de Pacujá/CE.

FAIXA ETÁRIA	
Entre 17 a 24 anos;	64%
Entre 25 a 35 anos;	31%

Fonte: Autbres (2016).

Pela faixa etária percebemos como estes ainda dependem dos pais, e anseiam o título acadêmico, visando uma ascensão social e frondosas perspectivas futuras. Mais da metade dos universitários entrevistados não conseguiriam custear o curso de graduação privado através de recursos próprios, por isso a oportunidade de cursar o Ensino Superior surgiu com base em programas governamentais como o FIES ou PROUNI, representando 50% e 7% respectivamente.

Quanto a busca pelas IES privadas em Sobral, 37% dos universitários de Pacujá estão com matrículas ativas no Instituto Superior de Teologia Aplicada (INTA), empatados com o mesmo percentual daqueles que buscam a Universidade Norte do Paraná – Polo Sobral, que oferta educação superior a distância. A Faculdade Luciano Feijão (FLF), conta com 20% dos alunos em seus cursos presenciais. Outra instituição com Ensino a Distância é a Anhanguera Educacional, que computa com um total de 6% de alunos pacujaenses. Os cursos mais procurados são: INTA, Enfermagem, Fisioterapia, Farmácia, Nutrição e Arquitetura. A Universidade Norte do Paraná – UNOPAR/Sobral agrupa os estudantes em maior número nos cursos de: Serviço Social, Ciências Contábeis, Administração e ainda Educação Física. Já quando consideramos a Faculdade Luciano Feijão, constatamos que os cursos mais buscados são: Psicologia e Direito. A Anhanguera Educacional também agrupa estudantes provenientes do curso de Educação Física.

Sabemos, então, que a ascensão do Ensino a Distância é uma modalidade da educação superior que vem ganhando força ao longo dos anos. Dessa maneira, ao questionarmos os universitários sobre essa escolha, foram unânimes em afirmar que é uma eficiente maneira para

aqueles que desejam buscar formação superior, conciliando com a vida profissional durante o dia ou com as atribuições domésticas, pois as aulas presenciais ocorrem uma vez por semana. Alguns desses alunos buscam o ensino a distância, como nova possibilidade de realizar uma segunda graduação ou até mesmo cursos de especialização, fazendo assim seu próprio cronograma de estudos. Os que cursam ensino a distância nas instituições citadas acima não fazem uso do FIES.

Dos alunos de Pacujá que buscam o ensino superior privado 81% estão matriculados em cursos de bacharelado e 19% se voltam a formação em cursos de licenciatura. Inferimos, dessa maneira, que o sistema educacional privado existente em Sobral atende, em grande maioria, a demandas de estudantes em procura de formação em áreas específicas do mercado de trabalho. Já o mercado superior público apresentado por esta Cidade Média seria o responsável por uma parte, não total parcela visto a diversidade do número de IES em Sobral, para o segmento da formação de professores. A UVA, figurando como IES pública, é uma instituição pioneira na cidade que conta com um número bastante significativo de cursos destinados a formação de professores.

Como o FIES é um programa voltado a estudantes comprovadamente enquadrados em situação economicamente baixa, confirmamos em nossa pesquisa que os alunos de Pacujá estão dentro da margem aceita pelo programa, que é de até três salários mínimos mensais. Então, os questionários apontaram que 56% dos estudantes possuem renda familiar entre 1 e 2 salários mínimos, 37% estão inseridos numa renda familiar de 2 a 3 salários, no passo que somente 4% tem renda familiar mensal acima de três salários. Portanto, o FIES e o PROUNI, cada vez mais vem desconstruindo as concepções de que somente pessoas mais abastadas financeiramente podem manter-se dentro de instituições privadas realizando seus estudos universitários.

Uma das indagações realizadas aos estudantes usuários das IES privadas foi a respeito da formação acadêmica de seus pais. Uma margem de 62% respondeu que seus pais não possuem formação acadêmica e 38% vem de família cujo os pais tem algum tipo de formação de nível superior. Essa constatação talvez esteja imbuída do sentimento de que o Ensino Superior hoje é compreendido pela sociedade, em suas diferentes camadas sociais, como uma ferramenta de transformação da vida e, por conseguinte, de fundamental importância para a realização pessoal e profissional. Em outras palavras, as camadas sociais estão considerando cada vez mais o Ensino Superior como algo importante, tendo em vista que as possibilidades de ingresso neste nível de ensino hoje são mais acessíveis do que em algumas décadas atrás.

Os dados obtidos demonstram que existe uma relação entre estudantes provenientes de famílias com menor renda com o FIES. Então, percebemos que programas de assistência estudantis, são ferramentas importantes no que se refere a inserção de estudantes oriundos de camadas populares e também estudantes oriundos de escolas públicas no Ensino Superior no segmento

privado. Para muitos desses estudantes que possuem contratos de financiamento, o programa representa grandes oportunidades para a capacitação profissional, para a realização de anseios cultivados por parte dos estudantes ou de seus familiares, pela utopia do título acadêmico.

“Salientamos a importância das IES como fator de desenvolvimento regional, enquanto propagadoras da formação de recursos humanos e desenvolvimento de novas tecnologias.” (FREIRE, 2011, p. 56). As oportunidades advindas do FIES no que diz respeito a formação superior também transportam para a melhoria da qualificação profissional de lugares pequenos. Muitos desses universitários voltarão para sua cidade já com o título acadêmico e poderão atuar na melhoria de vida de seus lugares exercendo suas respectivas funções.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ensino Superior está passando por um processo de redemocratização e crescimento amparados com um número crescente de estudantes matriculados nas instituições superiores privadas. De um lado, o FIES e outros programas destinados a facilitação de ingresso ao Ensino Superior possuem em seu corpo importância dentro do cenário educacional brasileiro por permitirem o acesso a estudantes em situação economicamente baixa e provenientes de escolas públicas nos estudos universitários. Do outro, ocorre um processo paralelo que é a garantia maior de lucros e crescimentos exponenciais para os patrimônios pertencentes aos empresários do ramo da educação superior privada. Podemos dizer, então, que esta realidade possui duas faces: permite o acesso de estudantes de baixo poder aquisitivo na Educação Superior, no mesmo passo que favorece aos equipamentos superiores de educação do ramo privado, seja em termos quantitativos de cursos, matrículas, estrutura física ou expansão de seus *campis* em outros pontos do território brasileiro. Mais do que só a democratização, o FIES também é uma medida pública que favorece o mercado privado de educação superior.

As reflexões desta pesquisa apontam que as transformações acontecidas em cidades médias, como a ampliação de novas IES públicas e privadas, vem alterando sobremaneira os sonhos dos jovens na busca de uma ascensão social e na utopia que permeia a conquista do título superior em cidades pequenas longe dos tradicionais grandes centros. Percebe-se em tempos recentes uma nova realidade no que diz respeito ao encontro de cursos e instituições, pois em tempos idos estas eram localizadas em pontos seletivos do Estado como na Capital. Hoje, o mercado superior do ensino chega a outras cidades, a exemplo Pacujá, e se aproxima de outras pessoas de maneira mais expressiva, fruto de determinadas condições que favorecem esse processo, tais como programas do Governo e a “chegada” de novas IES em outras cidades com poder regional, a exemplo Sobral.

Os estudantes universitários matriculados em IES privadas em Sobral vindos da Cidade Pequena de Pacujá e usuários do FIES, sujeitos de nossa pesquisa, desvelam um pouco do que acontece hoje em cidades pequenas. Se de um lado essas cidades são invadidas pela droga que provoca situações de violência e abandono de jovens, são cidades que também são envolvidas por essa possibilidade de alcance de uma formação de nível superior que até décadas recentes era privilégio de poucos. Uma formação que pode a médio e longo prazo ajudar na transformação positiva dessas cidades, muitas vezes marcadas pelo duplo abandono: dos sujeitos que se vem sem perspectiva em seus lugares de origem e pela ausência de políticas públicas consistentes que dinamizem esses espaços.

7. REFERÊNCIAS

AMORIM, Cassiano C. **O uso do Território brasileiro e as Instituições de Ensino Superior**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

COELHO, Modesto Siebra. **De Sobral ao Global: um percurso pela questão urbana**. 1.ed. Sobral: Edições UVA, 2000.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988. Capítulo III, Artigo 205. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 09/11/2016.

CONTEL, Fabio Betioli. **Rede urbana e cidades médias no Brasil**: abordagens clássicas, abordagens contemporâneas. In: HOLANDA, Virgínia Célia C; AMORA, Zeneide Baima (org.). Leituras e saberes sobre o urbano: Cidades do Ceará e Mossoró no Rio Grande do Norte. Fortaleza: expressão Gráfica Editora, 2010.p. 15-40.

FIES, **Fundo de Financiamento Estudantil no Ensino Superior**. Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=faq>>. Acessado em 09/11/2016.

FREIRE, Heronilson Pinto. **O uso do Território de Sobral-Ceará pelas Instituições de Ensino Superior**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROPEGEO), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

KLAFKE, Karlise; BALDONI, Lucas. **Geografia dos Serviços**: Uma reflexão sobre as Pequenas Cidades - Ipeúna (SP). I Simpósio Mineiro de Geografia – Alfenas 26 a 30 de maio de 2014. Disponível em: <<http://www.unifal-mg.edu.br/simgeo/system/files/anexos/Karlise%20Klafke.pdf>>. Acesso: 23/11/2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, **Censo da Educação Superior**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Natal, 2013.

PACUJÁ. **Plano Municipal de Saneamento Básico de Pacujá – CE.** Prefeitura Municipal de Pacujá. Disponível em: < <http://aprece.org.br/wp-content/uploads/2013/12/PMSB-Pacuj%C3%A1.pdf> > Acesso em 22/11/2016.

PEREIRA, Thiago I; SILVA, Luís Fernando S. Corrêa. **As Políticas Públicas do Ensino Superior no Governo Lula: expansão ou redemocratização?** Revista Debates, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 10-31, jul.-dez. 2010.

PINHEIRO, Carlos Henrique Lopes. **Percepções e Trajetórias Docentes: mobilidade no contexto da interiorização e expansão do ensino superior público no estado do Ceará.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

RODRIGUES, José dos Santos. **A universidade brasileira rumo à nova América: pós-modernismo, shopping Center e educação superior.** Niterói: UFF, 2012.

SANTANA, Antonia Neide C. **O Urbano no semi-árido: pequenas cidades do Ceará em discussão.** In: FREITAS, Nilson A; MARIA JR, Martha; HOLANDA, Virgínia Célia. C (Org.). *Múltiplos olhares sobre a cidade e o urbano: Sobral e região em Foco.* 1.ed. Sobral: Editora ABEU: 2010. p. 13-38.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Ensino Superior Público e Particular e o Território Brasileiro.** Brasília: ABMES, 2000.